

VIOLÊNCIA NO CAMPO

Pistolagem e ameaças seguem como preocupação em conflitos agrários no estado

Em uma década, Mato Grosso registrou cerca de 7.550 casos de pistolagem ligados a disputas de terra, segundo o relatório Conflitos no Campo Brasil 2023, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O levantamento indica que, entre 2022 e 2023, as ocorrências aumentaram 17%, passando de 256 para 301 registros, em um total de 739 conflitos agrários apenas no último ano.

Foto Divulgação



pág.04

INVESTIGAÇÕES

Dono do Shopping China se muda de país “com medo” da justiça

Foto Divulgação



pág.05

SITUAÇÃO PRECÁRIA | ANA CAROLINA GUERRA DA REDAÇÃO

Falta de infraestrutura torna parquinho do Dom Bosco, em Cuiabá, perigoso para crianças e idosos

Moradores do bairro Dom Bosco vivem sob preocupação constante com um parquinho instalado ao lado de um córrego que, em vez de oferecer lazer seguro, apresenta riscos à população, principalmente crianças e idosos. Segundo relatos da comunidade, a área do parquinho está em situação irregular, sem manutenção adequada. Durante os dias de chuva, o solo encharcado e o nível do córrego tornam o local ainda mais perigoso, aumentando a possibilidade de acidentes, quedas e outros incidentes.

EDITORIAL- 1144

Denunciar é proteger: a importância de combater a violência contra a mulher

Pistolagem e ameaças seguem como preocupação em conflitos agrários no estado Relatório da CPT mostra aumento de conflitos agrários e revela fragilidade no combate a crimes encomendados Ana Carolina Guerra da Outubro Rosa não é apenas uma campanha, é um chamado coletivo à consciência, ao cuidado e à vida.

Todos os anos, o mês se pinta de rosa para lembrar a sociedade da importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama, uma das doenças que mais afetam mulheres em todo o mundo. Mais do que uma questão de saúde pública, trata-se de um compromisso humano e social: incentivar o autocuidado, promover o acesso a exames e garantir informação clara e acessível.

A força do Outubro Rosa está justamente em transformar estatísticas em histórias de superação. Quando o diagnóstico acontece no início, as chances de cura chegam a índices muito elevados.

Ainda assim, muitas mulheres enfrentam barreiras, seja pela falta de informação, seja pela dificuldade em acessar serviços de saúde. É por isso que a mobilização ganha dimensão especial: iluminar prédios, promover corridas, debates e campanhas de conscientização não é apenas simbólico, é também uma forma de romper o silêncio, de encorajar, de mostrar que não se está sozinha nessa luta.

O mês de outubro, portanto, vai além da cor que veste as cidades. Ele traz consigo a responsabilidade de todos — poder público, instituições, empresas e cidadãos — em reforçar a prevenção, apoiar quem enfrenta o tratamento e cobrar políticas que garantam igualdade no atendimento.

O rosa que vemos nas ruas deve nos lembrar de que cada gesto de cuidado pode salvar uma vida. Outubro Rosa é, acima de tudo, um exercício de solidariedade, de esperança e de valorização da vida.

ENQUANTO ISSO NO URUGUAI: “MI CASA ES SU CASA”



OPINIÃO | FABRÍCIO CARVALHO – MAESTRO

Escute se for capaz

Foto Divulgação

Nunca fomos tão livres para falar — e nunca estivemos tão presos ao ruído. O acesso à informação nunca foi tão amplo, mas o excesso de notícias, opiniões e dados nem sempre fortalece. Muitas vezes, ele confunde, anestesia e enfraquece o espaço público. Foi dessa inquietação que nasceu Escute se for capaz, livro que agora chega à pré-venda.

A obra é fruto da minha travessia entre a música e a pesquisa em política social, e procura mostrar que a comunicação não é apenas troca de mensagens, mas um campo de disputa. E que a escuta pode ser um gesto político de resistência. Durante a pandemia, ouvimos falar do termo “infodemia” para definir o excesso de informações. No livro, defendo que a infodemia não é acidente, mas estratégia: o que chamo de controle por dispersão.

Em vez de calar as pessoas, ela multiplica vozes até que nenhu-

ma se sustente. O resultado é a sensação de caos, em que falar muito não significa ser ouvido. Esse fenômeno está diretamente ligado a outra questão decisiva: a proteção de dados. Cada clique, curtida ou silêncio diante da tela se transforma em dado. As grandes plataformas não apenas mostram conteúdos, mas moldam comportamentos e desejos.

O que parece simples passatempo é, na verdade, matéria-prima para um sistema que lucra com a nossa atenção. Entender essa lógica é fundamental para proteger a dignidade informacional de cada cidadão. Outro ponto central é a liberdade de expressão. Hoje, todos podem postar e falar nas redes, mas isso não garante que serão ouvidos. Os algoritmos decidem o que ganha visibilidade e o que se perde no barulho.

A verdadeira liberdade de expressão não é apenas formal, mas também vivida: é ter o direito de exis-

tir no espaço público digital em condições justas, sem que a lógica do lucro determine quais vozes merecem atenção.

Diante desse cenário, proponho a ideia de soberania comunicacional: o direito coletivo de produzir sentidos, de escutar e de ser escutado, sem submissão a algoritmos que filtram nossa experiência. Parte dessa soberania passa, sim, pela regulação democrática das plataformas digitais — é preciso que elas prestem contas, respeitem direitos e atuem com responsabilidade.

Mas a soberania não se resume à lei: ela exige também recuperar o silêncio, o vínculo e a imaginação política que o excesso informacional tenta roubar. Escutar é resistir. Na contracapa do livro, uma frase resume esse desafio: “Você não está apenas navegando — está sendo navegado.” Reconhecer isso é o primeiro passo para abrir brechas, reencantar a linguagem e reinventar o comum.



Fabricio Carvalho é maestro e membro da Academia Mato-Grossense de Letras (Cadeira n.º 23) - @maestrofabriciocarvalho

EXPEDIENTE

copopular.com.br

DIRETOR Maykon Milas
DEPTO COMERCIAL (65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE CO Popular

PAUTA redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articuladores são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Não representam assim a opinião do Jornal.

ABILIO BRUNINI – PREFEITO DE CUIABÁ | ANA CAROLINA GUERRA DA REDAÇÃO

“Não dá para cortar onde falta tudo”, afirma prefeito sobre déficit na saúde chega a R\$ 120 milhões”

Foto Divulgação

Com o encerramento do decreto de calamidade financeira, a Prefeitura de Cuiabá ainda convive com uma grave crise fiscal. A previsão é de um déficit total de R\$ 300 milhões até o fim do ano, sendo R\$ 120 milhões apenas na área da saúde, que é a mais impactada e onde não há margem para cortes, já que os serviços são prioridade absoluta. Segundo o prefeito, a empresa pública de saúde apresenta um rombo mensal de cerca de R\$ 7 milhões, resultado também do pagamento de dívidas deixadas pela gestão anterior. Para enfrentar esse cenário, a atual administração pretende implementar mudanças estruturais, como a criação de uma conta única para melhorar o controle financeiro e a redefinição das secretarias municipais.

O prefeito também destacou a dificuldade em reconhecer dívidas referentes a serviços prestados sem a devida formalização, fruto de práticas irregulares da gestão passada, e explicou que só será possível o pagamento mediante lei de conciliação do Tribunal de Contas ou via judicial. Abílio ainda comentou sobre a relação política entre Mato Grosso e o Governo Federal, ressaltando que, apesar da aprovação de projetos pelo novo PAC, como a construção de quatro creches, a liberação dos recursos ainda não ocorreu.

“Nossa prioridade é garantir que os funcionários recebam todos os seus direitos”

Ana Carolina Guerra da Redação

Centro Oeste Popular – Mesmo com o encerramento oficial do decreto de calamidade financeira, o município enfrenta um rombo previsto de R\$ 300 milhões até o fim do ano, sendo R\$ 120 milhões concentrados apenas na saúde, setor onde o corte de gastos é praticamente inviável. Diante desse cenário, como o senhor pretende equilibrar o compromisso com o custeio da máquina pública, mantendo salários e investimentos essenciais, com a urgência de reverter um déficit tão expressivo? Existe, de fato, um plano emergencial estruturado para estancar essa sangria fiscal, especialmente na saúde, que acumula um prejuízo mensal de R\$ 7 milhões?

Abílio Brunini – Embora o decreto de calamidade financeira tenha sido encerrado, a situação da Prefeitura de Cuiabá ainda é crítica. A previsão é de um déficit de R\$ 300 milhões até o fim do ano, sendo R\$ 120 milhões apenas na saúde, que hoje é a área mais afetada e onde não é possível cortar gastos. A empresa pública de saúde acumula um déficit mensal de R\$ 7 milhões, e ainda estamos pagando dívidas herdadas da gestão anterior. Mesmo assim, temos mantido os salários em dia, pago os direitos dos servidores e continuado a investir, como no Centro Médico Infantil, que estamos concluindo com recursos próprios, enquanto aguardamos repasses estaduais e federais.

Centro Oeste Popular – Considerando que o senhor já está há nove meses à frente da Prefeitura, quando acredita que será possível alcançar o equilíbrio financeiro nas contas do município? Na sua avaliação, será necessário um mandato inteiro apenas para amenizar o rombo deixado pela administração anterior?

Abílio Brunini – Não será possível resolver o problema em menos de um ano e meio, dois anos. Tenho convicção disso. Nos próximos dias, vamos enviar à Câmara Municipal um projeto para o parcelamento da dívida, com um planejamento viável para quitar os débitos passados. Todos os pagamentos seguirão a ordem cronológica, conforme determina a lei, e essas informações estarão disponíveis no Portal da Transparência. Assim, os fornecedores poderão acompanhar quando será a vez de receberem, evitando qualquer tipo de favorecimento ou “fura-fila”. A única exceção poderá ocorrer em casos emergenciais, principalmente na área da saúde, sempre com justificativa técnica e total transparência.

Centro Oeste Popular – A gestão anterior, infelizmente, não cumpriu com a prestação de serviços de forma adequada, e ainda há questões pendentes, como a falta de empenho de notas fiscais. Como o senhor pretende buscar o pagamento desses serviços prestados à Prefeitura? Existe algum plano para regularizar essa situação financeira? Além disso, o senhor pretende adotar medidas como a participação popular ou outros mecanismos de transparência para envolver a comunidade nas soluções para esses problemas?

Abílio Brunini – Conversei com o conselheiro Sérgio Cardo e expliquei que não posso incluir no orçamento de 2025 serviços que, embora tenham sido executados, não foram oficialmente empenhados pela Prefeitura. Em muitos casos, o prestador realizou o serviço, emitiu a nota, mas essa nota nunca foi vinculada formalmente ao município. Na gestão anterior, havia situações em que pessoas prestavam serviços sem contrato, sem ordem de serviço ou qualquer vínculo legal com a Prefeitura. Diante disso, existem apenas dois caminhos possíveis: ou uma lei de conciliação aprovada pelo Tribunal de Contas que permita a regularização, ou a via judicial, em que o prestador comprove que executou o serviço a pedido de alguém e solicite o pagamento. Como gestor, não posso reconhecer uma dívida que não foi contratada legalmente nem teve ordem de empenho.

Centro Oeste Popular – O senhor mencionou que a dívida tem um valor X. Considerando que alguns serviços prestados não foram devidamente empenhados, o senhor acredita que o montante da dívida pode ser ainda maior do que o inicialmente estimado?



Abílio Brunini – Com certeza. Estamos descobrindo, dia após dia, muitas situações que revelam práticas atípicas. Às vezes, aparece alguém dizendo que construiu algo para a Prefeitura, mas não existe sequer uma ordem de serviço formal. A pessoa alega que recebeu a promessa de pagamento, mas isso não é o procedimento correto. Não é assim que funciona. Não sei se no passado era diferente, mas hoje em dia isso não acontece. Para que alguém execute uma obra para o município, precisa haver um processo formal: licitação, chamamento público, contrato. Não é simplesmente “vai lá e faz”. Se essas práticas ocorrerem no passado, certamente não fazem parte da atual gestão.

Centro Oeste Popular – Gostaria de saber se o posicionamento político de Mato Grosso, mais voltado à direita, pode influenciar de alguma forma a relação com o Governo Federal. O senhor acredita que o Governo Federal, por ser de uma orientação política mais à esquerda, estaria disposto a ajudar o Estado ou a Prefeitura?

Abílio Brunini – Em Mato Grosso, muitos municípios têm articulação com o senador Fávoro e com o Governo Federal, mas ainda assim enfrentam dificuldades para obter recursos. Tenho conversado com prefeitos do Nordeste, que têm boa relação com o Governo Federal, e eles também confirmam essa situação: os repasses não estão chegando na proporção necessária. Foi lançado o novo PAC, e as prefeituras cadastraram diversos projetos. No nosso caso, cadastramos a construção de quatro creches, que foram aprovadas. No entanto, aprovar o cadastro é uma coisa; liberar os recursos, outra completamente diferente. Até agora, os recursos ainda não foram liberados, e não há grande expectativa de que isso ocorra em breve.

Centro Oeste Popular – Há algum tempo o terminal do CPA 3 está em obras. Como está o andamento da entrega? Há um prazo definido? Inclusive, a presidente da Câmara publicou um vídeo cobrando uma previsão. O senhor tem alguma resposta ou posicionamento em relação a essa cobrança?

Abílio Brunini – O terminal do CPA 3 é uma vergonha. É lamentável que estejamos enfrentando essa situação, com uma obra mal executada e de péssima qualidade. Até o momento, não há um projeto definitivo para a conclusão da obra. Atualmente, estamos realizando um levantamento completo da situação do terminal para entender seu estado atual e o que é necessário para finalizá-lo. Tenho conversado com a Secretaria de Mobilidade sobre a possibilidade de lançar um chamamento público para que empresas interessadas possam assumir a gestão do terminal. A ideia é que essas empresas possam, por exemplo, explorar espaços comerciais, como lanchonetes, e fiquem responsáveis pela manutenção do terminal, incluindo a limpeza dos banheiros e das áreas comuns. Elas também fariam os investimentos necessários em infraestrutura para que o terminal funcione adequadamente. Não se trata de privatização, mas de uma concessão de uso para fins comerciais. Pretendemos adotar esse modelo também no terminal do CPA I, que enfrenta problemas semelhantes. Os banheiros dos terminais estão em condições precárias, e não é mais possível atribuir toda a responsabilidade financeira apenas à Prefeitura. No passado, esses terminais contavam com comércio funcionando dentro das instalações, o que ajudava na manutenção. Por isso, queremos estabelecer essa concessão, em que quem desejar explorar comercialmente os espaços internos dos terminais tenha, em contrapartida, a obrigação de cuidar da manutenção, garantindo melhores condições para todos.

“ Nossa prioridade é garantir que os funcionários recebam todos os seus direitos ”

VIOLÊNCIA NO CAMPO | ANA CAROLINA GUERRA DA REDAÇÃO

Pistolagem e ameaças seguem como preocupação em conflitos agrários no estado

Relatório da CPT mostra aumento de conflitos agrários e revela fragilidade no combate a crimes encomendados

Em uma década, Mato Grosso registrou cerca de 7.550 casos de pistolagem ligados a disputas de terra, segundo o relatório Conflitos no Campo Brasil 2023, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O levantamento indica que, entre 2022 e 2023, as ocorrências aumentaram 17%, passando de 256 para 301 registros, em um total de 739 conflitos agrários apenas no último ano. As ações vão de ameaças e destruição de patrimônio até assassinatos, e, de acordo com o relatório, os fazendeiros estariam envolvidos em aproximadamente 30% dos casos. As principais vítimas são apontadas como os povos indígenas, que concentram 57,5% da violência.

Para o coordenador da CPT em Mato Grosso, Cristiano Cabral, a pistolagem se mantém como uma prática antiga, alimentada por disputas de terra e pressões no campo. Segundo ele, há relatos de contratação de pistoleiros para intimidar famílias ou lideranças rurais, como registrado em 2017, na chacina de nove trabalhadores em Colniza. Trata-se, segundo Cabral, de um ciclo de destruição de barracos, plantações e vidas. O relatório aponta que 15% dos muni-

cípios do estado registram conflitos, com 51 ocorrências de violência direta contra pessoas em 2023. Foram 40 casos envolvendo mais de 3 mil famílias, incluindo uma morte, seis ameaças de morte, agressões contra 30 pessoas e a prisão de um trabalhador rural. Ao todo, 20.660 pessoas estiveram envolvidas em disputas no campo no último ano. Um dos episódios mais comentados relatados pela imprensa e em investigações foi o assassinato do advogado Renato Gomes Nery, 72 anos, expresidente da OAB-MT, em Cuiabá, em julho de 2024. Conforme informações divulgadas pelo Ministério Público, o crime estaria relacionado a uma disputa por uma fazenda de 12 mil hectares em Novo São Joaquim, e teria envolvido intermediários na execução. A morte de Renato se soma a relatos de lideranças e trabalhadores rurais sob constante ameaça em Mato Grosso. Para Cabral, os números evidenciam que a pistolagem continua sendo uma prática de poder sustentada pela impunidade, e refletem, segundo ele, a persistência de conflitos, ameaças e trabalho irregular em áreas rurais, mesmo diante da importância econômica do agronegócio no estado.



Foto Divulgação

ALVO DE OPERAÇÕES | MARIA CARDOSO DA REDAÇÃO

Antônio Galvan planeja candidatura ao Senado em 2026, mas enfrenta obstáculos

Figura ligada ao bolsonarismo radical, o produtor rural carrega investigações, desgaste público e rejeição ampla, fatores que minam sua tentativa de chegar ao Congresso

Apontado por investigações como um dos possíveis articuladores e financiadores dos ataques de 8 de janeiro de 2023, que depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília, o produtor rural Antônio Galvan (DC) tenta manter vivo o projeto de chegar ao Senado em 2026. Analistas políticos avaliam, no entanto, que suas chances são consideradas muito reduzidas.

Ex-presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) e, posteriormente, da Aprosoja Brasil, Galvan é uma figura influente no agronegócio, mas sua trajetória política se consolidou em meio à polarização. Em 2022, concorreu ao Senado e conquistou 337 mil votos, perdendo para Wellington Fagundes (PL). Agora, aposta nessa votação como base para justificar uma nova candidatura.

O produtor rural, que se filiou ao partido Democracia Cristã durante evento em São Paulo, afirma que, em 2024, apoiou

vereadores em mais de cem municípios e que espera, desta vez, contar com o respaldo de prefeitos e lideranças políticas. Entretanto, obstáculos jurídicos e políticos pesam contra sua viabilidade. Galvan foi indiciado pela Polícia Federal em 2024 em investigação sobre atos antidemocráticos e consta no relatório final da CPI dos Atos Golpistas, que recomendou seu indiciamento, junto ao ex-presidente Jair Bolsonaro e outros aliados, por tentativa de golpe de Estado. Além disso, ele já havia sido alvo de mandado de busca e apreensão autorizado pelo Supremo Tribunal Federal em 2021, em investigação relacionada à incitação a crimes contra a democracia. Mesmo cercado por investigações,

Galvan sustenta que sua votação anterior e sua militância bolsonarista o credenciam à disputa. A avaliação nos bastidores, contudo, indica que o desgaste jurídico e a rejeição ampla ao seu nome podem dificultar sua tentativa de conquistar uma das duas vagas de Mato Grosso ao Senado em 2026.



INVESTIGAÇÕES | MAYKOM MILAS

Dono do Shopping China se muda de país “com medo” da justiça

Dono do Shopping China, foi alvo da Operação Patrón em 2019, mas teve ação penal trancada; defesa nega envolvimento com crime organizado e fala em perseguição

Divulgação

Segundo informações apuradas pelo jornal Centro-Oeste Popular, o empresário paraguaio Felipe Cogorno Álvarez, dono do Shopping China, uma das maiores redes de lojas instaladas em cidades de fronteira entre Paraguai e Brasil, teria deixado Pedro Juan Caballero e buscado refúgio no Uruguai, de acordo com versões locais.

Cogorno foi um dos alvos da Operação Patrón, deflagrada em 2019 pela Polícia Federal, em desdobramento da Lava Jato, sob condução do juiz federal Marcelo Bretas, no Rio de Janeiro. Na ocasião, ele foi citado em investigações que envolviam lavagem de dinheiro, evasão de divisas e participação em organização criminosa. Em março de 2022, a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) determinou o trancamento da ação penal, entendendo que não havia elementos mínimos para sustentar a denúncia.

Apesar do trancamento da ação, o nome do empresário continua sendo mencionado em relatos da região. Algumas versões apontam uma suposta proximidade dele com o narcotraficante Jorge Rafaat, conhecido como “rei da fronteira”, morto em 2016 em Pedro Juan Caballero.

Há relatos de que Cogorno teria se ajoelhado diante de Rafaat, gesto interpretado por algumas fontes como sinal de respeito ao poder exercido pelo traficante.

Nos bastidores, circulam ainda menções de que o Shopping China poderia ter sido usado para movimentações financeiras associadas a atividades ilícitas. Denúncias indicam, segundo relatos locais, que funcionários do empreendimento poderiam trabalhar em ambiente de insegurança devido à violência na região.

O jornal Centro-Oeste Popular informou que processos em análise poderiam investigar eventuais conexões de Cogorno não apenas com Rafaat, mas também com facções brasileiras como o PCC e o Comando Vermelho.

Atualmente, de acordo com informações oficiais, o empresário não se encontra em Pedro Juan Caballero e estaria no Uruguai, segundo versões, para não ser rastreado pela Interpol.

Outro lado

Em nota enviada ao grupo Milas de Comunicação, a defesa de Felipe Cogorno negou todas as acusações e afirmou que ele nunca respondeu a qualquer processo penal no Brasil ou no exterior.



Segundo a defesa, não houve absolvição, mas sim o trancamento de uma investigação, o que comprovaria a inexistência de indícios contra ele.

A defesa sustenta que Cogorno não possui vínculos com Jorge Rafaat nem com facções criminosas, esclarecendo que ele reside em Assunção há mais de 16 anos e nunca

manteve contato com essas pessoas. Sobre os relatos que o associam a gestos de submissão frente a Rafaat, a defesa afirmou categoricamente que “isso nunca aconteceu”.

O empresário reforçou ainda que o Shopping China e demais empresas do grupo familiar jamais responderam a processos judiciais ou administrativos.

De acordo com a defesa, todas as alegações que circulam são fruto de especulações, e os funcionários trabalham em segurança e tranquilidade.

Atualmente, Cogorno não participa da gestão diária do Shopping China, que é administrado por um gerente. Ele afirma se dedicar a outros negócios e realizar via-

gens regulares ao Brasil e ao exterior, cumprindo todos os controles migratórios. Para encerrar a polêmica, colocou-se à disposição para apresentar certidões negativas da Polícia Federal, da Justiça Federal brasileira e de autoridades do Paraguai e da Argentina, como prova da inexistência de registros criminais contra seu nome.

SITUAÇÃO PRECÁRIA | ANA CAROLINA GUERRA DA REDAÇÃO

Falta de infraestrutura torna parquinho do Dom Bosco, em Cuiabá, perigoso para crianças e idosos

Estrutura ao lado de córrego carece de manutenção, falta calçadas acessíveis e se torna ainda mais perigosa em dias de chuva

Foto: JLSiqueira/ALMT

Moradores do bairro Dom Bosco vivem sob preocupação constante com um parquinho instalado ao lado de um córrego que, em vez de oferecer lazer seguro, apresenta riscos à população, principalmente crianças e idosos.

Segundo relatos da comunidade, a área do parquinho está em situação irregular, sem manutenção adequada. Durante os dias de chuva, o solo encharcado e o nível do córrego tornam o local ainda mais perigoso, aumentando a possibilidade de acidentes, quedas e outros incidentes.

“É um risco que não dá para ignorar. Quando chove, a água invade a área e fica praticamente impossível para as crianças brincarem com segurança”, afirmou uma moradora que prefere não se identificar.

Além disso, a falta de calçadas ao redor do parquinho obriga idosos, cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida a circular pela rua, dividindo espaço com veículos e se expondo ao perigo de atropelamentos. Conforme o relato de uma moradora, diversos idosos já quase foram atingidos por carros, pois muitos veículos transitam em velocidade excessiva e a região não possui sinalização adequada.

“Minha mãe tem dificuldade de caminhar, e preciso levá-la pela rua porque não existe calçada segura. É desesperador, porque qualquer distração de um motorista pode ser fatal.

Além disso, muitos motoristas passam em alta velocidade, e a região possui pouca sinalização, principalmente à noite”, relatou a moradora.

A situação tem gerado insatisfação entre os moradores, que já tentaram buscar soluções, mas ainda não receberam respostas efetivas. Alguns sugerem a retirada do parquinho do local ou a construção de barreiras de proteção, além da implantação de calçadas seguras e acessíveis para todos.

Especialistas em urbanismo e segurança infantil alertam que espaços de lazer próximos a córregos devem seguir normas rigorosas de segurança, incluindo cercas adequadas, pisos antiderrapantes, sinalização visível e manutenção periódica. Sem essas medidas, o risco de acidentes é significativo, colocando em xeque a função do espaço como área de recreação saudável.

Enquanto isso, a comunidade segue preocupada e espera que providências sejam tomadas em breve, para que o parquinho finalmente se torne um lugar seguro de lazer e convivência, sem representar ameaça à vida das crianças e moradores do bairro.

Outro lado:

A equipe do Jornal Centro Oeste Popular entrou em contato com a Secretaria de Comunicação de Cuiabá, órgão responsável pelo local, mas, até o fechamento desta matéria, não obteve respostas. O espaço segue em aberto.



RELAÇÕES E DESENVOLVIMENTO | ANA CAROLINA GUERRA DA REDAÇÃO

Governo Lula amplia parcerias e anuncia pacote bilionário em infraestrutura e meio ambiente

Iniciativas nacionais e internacionais fortalecem a presença do Brasil no cenário global, alavancam investimentos de mais de R\$ 130 bilhões e promovem inclusão produtiva no campo

JLSIQUEIRA / ALMT

O Governo Federal tem consolidado uma agenda de avanços significativos em diversas frentes, incluindo investimentos internacionais, proteção ambiental e desenvolvimento rural. As recentes ações lideradas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reafirmam o papel estratégico do Brasil tanto no cenário econômico global quanto na promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça social interna.

Durante visita oficial à França, o presidente Lula anunciou que um grupo de cerca de 15 grandes empresários franceses com negócios no Brasil projeta investir R\$ 100 bilhões no país até 2030. A informação foi confirmada em coletiva de imprensa realizada em Paris, no último dia 7 de junho. A França é atualmente a terceira maior origem de investimentos diretos no Brasil, com US\$ 66,34 bilhões em estoque. Em 2024, a corrente comercial entre os dois países atingiu US\$ 9,1 bilhões, com crescimento de 8% em relação ao ano anterior. Mais de mil empresas francesas atuam no Brasil, gerando cerca de 500 mil empregos.

Ainda na capital francesa, o Brasil recebeu a certificação internacional de país livre da febre aftosa sem vacinação, concedida pela Organização Mundial de Saúde Animal. O reconhecimento amplia o potencial de exportação da carne brasileira, especialmente para mercados mais exigentes. Além disso, foram firmadas novas parcerias entre instituições científicas, como a Fiocruz e o Instituto Pasteur, ampliando a cooperação na área da saúde, com foco em vacinas e produtos laboratoriais.

Na agenda ambiental, Lula anunciou um aporte de US\$ 1 bilhão no Fundo de Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). O fundo, que será oficialmente lançado durante a COP30, em Belém (PA), propõe-se a financiar, de forma inovadora, a conservação das florestas tropicais. A iniciativa já conta com a adesão de países como Colômbia, Gana, República Democrática do Congo, Indonésia e Malásia, além do apoio de investidores internacionais, como Alemanha, França, Noruega, Reino Unido e Emirados Árabes Unidos. O Brasil lidera os esforços para viabilização do fundo desde a COP28, realizada em Dubai, em 2023.

O TFFF prevê o repasse de até US\$ 4 por hectare de floresta preservada, com monitoramento por satélite e metas rígidas de desmatamento, abaixo de 0,5%. A proposta inclui ainda a obrigatoriedade de destinar 20% dos recursos para povos indígenas e comunidades tradicionais. A estimativa é de que o fundo possa alavancar até US\$ 125 bilhões em investimentos, com impacto direto sobre os 1,1 bilhão de hectares de florestas tropicais presentes em países em desenvolvimento.

Na China, o Brasil também reforçou sua posição estratégica. Durante visita oficial realizada em maio deste ano, o governo brasileiro firmou acordos que somam R\$ 27 bilhões em investimentos. Entre os destaques estão: a instalação de um hub de energia renovável no Piauí, pela estatal CGN (R\$ 3 bilhões); a construção do primeiro Parque Industrial Net-Zero da América Latina, pela Envision (R\$ 5 bilhões); e os aportes da montadora GWM (R\$ 6 bilhões), com foco na exportação para toda a América Latina e o México.

Outros anúncios relevantes incluem investimentos da Meituan no setor de delivery (R\$ 5 bilhões), a aquisição da mina de cobre Serrote pela Baiyin Nonferrous Group (R\$ 2,4 bilhões), parcerias farmacêuticas entre empresas brasileiras e chinesas para a produção de insulina e insumos (R\$ 350 milhões), além de cooperação em áreas como semicondutores, cinema, café e bioenergia. A missão empresarial, coordenada pela ApexBrasil, contou com mais de 750 inscritos no Fórum Empresarial Brasil-China, realizado em Pequim.

Internamente, o Governo Federal segue investindo em infraestrutura e desenvolvimento rural. No Mato Grosso, o presidente Lula anunciou as obras de duplicação e modernização da BR-163, com investimento de R\$ 5,9 bilhões. A rodovia é estratégica para o escoamento da produção do agronegócio. Também foi confirmado o repasse de R\$ 600 milhões para o Rodoanel de Cuiabá, além do desenvolvimento do projeto do Contorno Leste da capital. Segundo o BNDES, a modernização da BR-163 deve reduzir o tempo de viagem em até 1h30, melhorar a segurança e beneficiar diretamente o transporte de cargas agrícolas.

Ainda no estado, o presidente lançou o programa Solo Vivo, com aporte inicial de R\$ 42,8 milhões para a recuperação de áreas degradadas voltadas à agricultura familiar. O programa já beneficia assentamentos em 10 municípios e deve atender de 800 a 1.000 famílias em sua primeira etapa. A ação inclui a entrega de máquinas agrícolas, 78 títulos de terra, assistência técnica, correção de solo com apoio científico e uso de tecnologia digital para monitoramento.



Em parceria com o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), o Solo Vivo alia ciência, extensão rural e qualificação profissional. Os solos são analisados em laboratório, com aplicação de insumos conforme a necessidade de cada área. O programa também oferece um curso online gratuito sobre a metodologia aplicada, democratizando o acesso ao conhecimento técnico. A expectativa é expandir a iniciativa para mais 32 assentamentos.

Segundo o presidente Lula, o Solo Vivo promove igualdade ao permitir que

pequenos produtores tenham acesso à mesma tecnologia utilizada por grandes produtores. Já o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, destacou o fortalecimento da reforma agrária com políticas integradas que vão além do acesso à terra, incluindo crédito, assistência técnica e acesso a mercados.

O reitor do IFMT, Julio César dos Santos, classificou o programa como transformador. Representantes da agricultura familiar, como o presidente da

Fetagri-MT, Divino Martins, celebraram a ação como um marco para a valorização do setor.

Com ações coordenadas em múltiplas áreas, o governo Lula tem buscado posicionar o Brasil como referência internacional em sustentabilidade, inovação e inclusão produtiva. O conjunto de investimentos anunciados, alianças estratégicas firmadas e programas sociais implementados demonstra um compromisso com o crescimento econômico aliado à justiça social e à preservação ambiental.

NOVAS COMPLICAÇÕES | MARIA CARDOSO DA REDAÇÃO

Problemas de drenagem e manutenção adiam entrega do BRT em Cuiabá

Problemas de drenagem, falhas técnicas e alagamentos atrasam a entrega do sistema, inicialmente prevista para outubro de 2025, e expõem erros de planejamento.

Foto Divulgação

As obras do BRT (Bus Rapid Transit), iniciadas em outubro de 2022 durante o mandato do governador Mauro Mendes, continuam em andamento em 2025, com diversos problemas técnicos e de manutenção. A previsão de conclusão permanece entre janeiro e fevereiro de 2026, mas especialistas e moradores apontam riscos de novos atrasos.

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT) informou em nota que concluiu todas as frentes de obra sob sua responsabilidade dentro do prazo definido no acordo de rescisão firmado em março deste ano. Entre os serviços executados pelo Consórcio Construtor estão a finalização das pistas em concreto, ajustes de drenagem, recuperação de calçadas e implantação de sinalização viária no trecho entre o Hospital do Câncer e o Viaduto da Sefaz, bem como no trecho entre a Defensoria Pública e o CREA, ambos na Avenida do CPA.

A Sinfra destacou ainda que o trecho atualmente em obras na Avenida do CPA, entre o Viaduto da Sefaz e a Defensoria Pública, não estava previsto no acordo de rescisão com o consórcio.

A obra enfrenta críticas devido a falhas de drenagem, infiltrações e rompimento

de estruturas de escoamento, gerando preocupação entre moradores, motoristas e especialistas. Durante o andamento das obras, diversos trechos apresentaram entupimento de bueiros e acúmulo de água e barro, principalmente na Avenida do CPA e na Avenida Prainha, afetando o tráfego e o comércio local.

Na Avenida Miguel Sutil, técnicos da Prefeitura identificaram ruptura em uma caixa de drenagem pluvial, que provocou fissuras no meio-fio e desníveis no asfalto, com risco estrutural. Segundo nota oficial, os reparos foram realizados com enrocamento para estabilização do solo, reconstrução da caixa de escoamento e re aplicação de massa asfáltica, em caráter emergencial.

A Defesa Civil destacou que, embora os alagamentos tenham sido pontuais, eles evidenciam a necessidade de contenção e proteção do solo nos canteiros para evitar que materiais escorram para o sistema de drenagem urbana.

Diante da ausência de solução estrutural em trechos críticos, o Governo do Estado republicou o edital do BRT em abril de 2025, incluindo obras de drenagem urbana para minimizar riscos de novos alagamentos. O novo orçamento para o trecho passou a R\$ 156,7 milhões, abrangendo pavi-

mentação e drenagem completa da avenida.

As chuvas de abril comprometeram trechos recém-concretados na Avenida do CPA, exigindo limpeza e recompactação do solo. A Sinfra afirma que o problema não comprometeu a estrutura da via, mas alerta que a ausência de drenagem consolidada antes da pavimentação pode reduzir a vida útil do pavimento e gerar futuras manutenções.

Em entrevista, o deputado estadual Dilmar Dal Bosco (União Brasil), líder do governo na Assembleia Legislativa, afirmou que o governador Mauro Mendes mantém o compromisso de concluir o BRT em Cuiabá e Várzea Grande. Segundo ele, os atrasos não seriam culpa da atual gestão, mas decorrentes de problemas que remontam ao planejamento do antigo projeto do VLT, iniciado em 2012 e posteriormente abandonado.

“O governador tem todo um compromisso com o estado de Mato Grosso de entregar o BRT. Não é culpa do governo. Esses problemas começaram ainda na década passada, com o planejamento do VLT”, afirmou Dilmar. Ele acrescentou que, independentemente de mudanças na gestão, as obras seguirão com continuidade, incluindo a participação do vice-governador Otaviano Pivetta (Republicanos).



O presidente da ALMT, Max Russi (PSB), declarou que os responsáveis pelas obras não ficarão impunes pelos atrasos e que multas estão previstas para garantir o cumprimento do cronograma.

Popular

EM CUIABÁ

1.000.000 /mensal

DE ACESSOS

ANUNCIE NO COPOPULAR

WWW.COPOPULAR.COM.BR

PESO NO CONSUMO | MARIA CARDOSO DA REDAÇÃO

Tarifa de energia sobe em MT; residenciais têm aumento de 0,34%

Baixa tensão teve aumento de 0,34%, enquanto consumidores industriais pagarão até 6,3% a mais; novas tarifas entraram em vigor em abril deste ano.

O reajuste da tarifa de energia elétrica aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em abril de 2025 tem gerado preocupação em Mato Grosso. A Energisa, concessionária responsável pela distribuição no estado, passou a aplicar os novos valores a partir de 8 de abril, atingindo cerca de 1,69 milhão de unidades consumidoras.

Embora o aumento médio para consumidores residenciais tenha sido considerado baixo, 0,34% para baixa tensão, os consumidores industriais e comerciais do grupo de alta tensão sentiram um impacto mais significativo, com reajuste médio de 6,3%. No cálculo geral, o aumento médio aprovado para Mato Grosso foi de 1,79%, considerando todos os grupos de consumo.

De acordo com a ANEEL, o reajuste leva em conta fatores como custos de distribuição, encargos setoriais e componentes financeiros previstos no contrato de concessão da Energisa. Mesmo assim, empresas de médio e grande porte têm relatado aumento expressivo nas despesas operacionais.

A tarifa residencial, por exemplo, passou de R\$ 0,84743 para R\$ 0,85213 por kWh. A ANEEL destacou, em nota, que os índices de reajuste ficaram abaixo de indicadores econômicos nacionais, como o IGP-M, que ultrapassou 9%, e o IPCA, que ficou em 5,48% no acumulado dos últimos 12 meses.

Para consumidores de baixa renda, enquadrados no Grupo B, o reajuste foi ainda menor, em torno de 0,23%, conforme dados divulgados pela agência e confirmados pela concessionária.

Em apuração feita pelo Centro-Oeste Popular, moradores relataram que, mesmo com índices considerados baixos, o impacto é sentido no orçamento doméstico.

“Mesmo que para eles tenha sido um reajuste pequeno, para nós, que temos renda baixa, pesa no bolso. Mesmo diminuindo o consumo de energia em casa, continuo pagando caro. Não está sendo fácil”, disse Ana Paula, moradora do bairro Morada do Ouro, em Cuiabá.

A situação relatada por Ana Paula reflete a realidade de milhares de famílias mato-grossenses: mesmo pequenas variações nos valores da conta de luz afetam diretamente o poder de compra.

Em contrapartida, a Energisa anunciou que os reajustes vêm acompanhados de investimentos de R\$ 1,6 bilhão no estado em 2025, destinados à expansão da rede elétrica, reforço da estrutura em áreas urbanas e melhoria do fornecimento em zonas rurais. Segundo a empresa, os aportes têm como objetivo ampliar a confiabilidade do sistema e reduzir as interrupções. O Procon-MT orientou os consumidores a conferirem suas faturas e procurarem o órgão em caso de dúvida ou suspeita de cobrança indevida.

Com os novos valores em vigor desde abril e o custo da energia afetando famílias e setores produtivos, cresce a preocupação sobre os impactos no preço de produtos e serviços, especialmente em Mato Grosso, cuja economia é fortemente baseada no agronegócio e na indústria.

Foto Divulgação



CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



TEM INTERESSE?
R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA
FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



TEM INTERESSE?
FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641